

Um critério de demarcação para a abordagem de Economia Política

Newton Paulo Bueno

Departamento de Economia Universidade Federal de Viçosa

A utilização continuada de um termo acaba muitas vezes por dar-lhe um significado quase que intuitivo, de modo que a maioria das pessoas sabe dizer (mais ou menos) a que se refere e quais acontecimentos podem ser classificados de acordo com a definição que implicitamente ele expressa. Mas, exatamente por dispensar um esforço de conceitualização mais rigoroso, a definição intuitiva é quase sempre tão vaga que ou permite incluir uma série de manifestações que nada tem a ver com o que realmente se está estudando ou exclui a possibilidade de considerar fenômenos e idéias inter-relacionados que não parecem sê-lo numa avaliação preliminar baseada apenas na intuição. Sugere-se que é este exatamente o problema com a definição de economia política: ela é tão vaga (ou se se quiser intuitiva) que tende a favorecer posturas dogmáticas sobre temas econômicos, visto ser difícil, no estágio atual, identificar claramente a que se refere e que tipo de metodologia exatamente propõe. O objetivo deste texto é contribuir para diminuir essa ambigüidade, formulando um critério operacional de demarcação para a abordagem da economia política.

Pode-se é verdade argumentar que o problema não é tão sério como se sugere já que não é difícil separar entre o que é "main-stream", e portanto "economics", e o que é heterodoxo, e logo pelo menos potencialmente mais próximo do que o que se considera como uma visão de economia política. Mas a ninguém ocorre classificar muito do que já não faz mais parte da corrente principal, como a assim chamada "síntese neo-clássica", no campo da economia política. A Teoria Geral, por outro lado, é certamente uma obra de economia política, assim como os "novos clássicos" são representantes da "economics", mas e os pós-keynesianos? O Capital é economia política e Human Action não (será?). A teoria de Kalecki é realmente economia política, apenas por se inspirar vagamente em Marx? Esta lista poderia se expandida quase que indefinidamente

sem dar uma resposta objetiva à questão principal, o que torna clara a necessidade de estabelecer um critério objetivo de classificação. Pensa-se que tal critério deva ser um que permita avaliar simultaneamente os dois corpos teóricos (economics e economia política) de maneira não ambígua, isto é sem recorrer a conceitos específicos de cada corrente que sejam antagônicos ao da outra, por exemplo valor trabalho versus valor subjetivo, caso em que teríamos de considerar como economia política apenas a teoria clássica e a marxista, nem, por outro lado, a conceitos que só façam sentido em uma dessas correntes não tendo qualquer papel na outra, como por exemplo a importância da estrutura de classes sociais. Explicando melhor: este conceito é fundamental na teoria marxista, mas não tem importância para a economia neo-clássica; sendo também irrelevante (do ponto de vista teórico) em Keynes - o problema não é que o consumo seja pequeno, porque por exemplo os trabalhadores ganhem pouco ou coisas do tipo, mas que a determinação do investimento está sujeita à incerteza irredutível. Seria no entanto injustificável excluir Keynes do campo da economia política por causa (e só por causa) disso. Mesmo porque seus resultados principais são formalmente idênticos aos de Kalecki que considera explicitamente a estrutura de classes em seus modelos.

O critério de demarcação que se formulará, ao contrário, permitirá classificar a abordagem de economia política como mais geral do que a economia convencional, de acordo com os próprios critérios estabelecidos por esta os quais, como se mostrará, não são irrelevantes para a economia política, são apenas insuficientemente desenvolvidos, no sentido de que levados às suas últimas consequências refutam as principais conclusões do main-stream. O principal desses critérios, e o que será focalizado aqui, refere-se à estabilidade (instabilidade) estrutural, que permite

considerar a história de um ponto de vista essencial ao funcionamento dos sistemas econômicos., isto é como um processo capaz de afetar o comportamento dinâmico desses sistemas produzindo mudança estrutural. Postular-se-á, especificamente, que a abordagem de economia política leva o estudo da estabilidade além dos limites impostos pela "economics" e ao fazê-lo, ainda que de modo formalmente não rigoroso, abre espaço para as mudanças na dinâmica de longo prazo dos sistemas econômicos, isto é abre espaço para a consideração da história como um fator essencial para a teoria econômica. O restante do texto está estruturado como segue: na parte 2, a seguir, apresenta-se a questão da estabilidade; na 3, mostra-se que o mainstream atual aceita a existência de instabilidade (relativa) do equilíbrio, mas desconsidera a possibilidade de seus modelos estarem sujeitos à instabilidade estrutural, o que enfraquece decisivamente suas principais proposições e impede que possa considerar a história de modo essencial em seus modelos. Na parte 4, sugere-se que as principais obras de economia política, principalmente as de Marx e Keynes, consideram a história do modo essencial acima definido, isto é como capaz de produzir mudança estrutural; sugerir-se-á além disso que a teoria da complexidade pode vir a ser muito útil para desenvolver as proposições desses autores; a parte 5 conclui o trabalho.

A importância do conceito de estabilidade nos modelos econômicos

Segundo SAMUELSON (1983: 220) são apenas duas as premissas fundamentais para a derivação de teoremas frutíferos em economia (economics é claro): 1) a hipótese de comportamento maximizante da firma e do consumidor e 2) a hipótese de estabilidade do equilíbrio, ou seja a de que os mercados se auto-equilibram. A hipótese 1 está na base, por exemplo, da teoria microeconômica da firma e do consumidor, assim como na economia do bem-estar, mas a segunda hipótese nunca teve um papel tão explícito na teoria convencional. embora seja fundamental para sustentar suas principais conclusões. Os sinais dos deslocamentos de pequena escala nos modelos estáticos por exemplo, do tipo "o que acontecerá com o preço de um produto se sua demanda aumentar?", só podem ser determinados de maneira não ambígua se houver estabilidade dinâmica do equilíbrio, entendido este

conceito como a posição de longo prazo das soluções do sistema (valores estacionários), que representa o modelo em questão. As soluções de estática comparativa portanto não podem ser consideradas satisfatórias a menos que as condições de estabilidade dinâmica sejam preenchidas; este é o famoso princípio da correspondência de Samuelson, que assim coloca a questão (p.223):

"As equações de estática comparada são então um caso particular da análise dinâmica geral. Podem de fato ser discutidas abstraído-se completamente a análise dinâmica. Na história da mecânica, a teoria da estática foi desenvolvida antes que o problema da dinâmica sequer fosse formulado. Mas o problema da estabilidade do equilíbrio só pode ser discutido com referência às considerações dinâmicas, por mais implícitas e rudimentares que sejam. Defrontamo-nos com este paradoxo: para que a análise estático-comparativa dê resultados palpáveis, temos que primeiro desenvolver uma teoria da dinâmica. "

Em termos mais intuitivos, pode-se entender o princípio da correspondência como significando aproximadamente o seguinte: o efeito de uma mudança em um dos parâmetros de um sistema, por exemplo de um aumento de demanda de um certo bem decorrente de uma variação dos gostos do consumidor, depende da magnitude dessa variação e da forma exata como as demais variáveis respondem à variação original. Mas como normalmente não se dispõe de informações empíricas detalhadas sobre as curvas de oferta e demanda, mesmo porque é duvidoso que elas possam realmente ser conhecidas a priori, não se pode de fato derivar um sinal inambíguo para as variações mencionadas, a menos que se saiba que o sistema tenderá a valores estacionários, quaisquer que sejam estas variações, decorrido um tempo suficiente. O princípio da correspondência então permite afirmar que se o equilíbrio for dinamicamente estável, isto é se tender a valores estacionários quando t , então a mudança do parâmetro gosto provocará apenas um deslocamento previsível para novos valores estacionários, já que o sistema não "explode". A solução de estática comparativa terá portanto um sinal não ambíguo neste caso porque o sistema é dinamicamente estável; se fosse instável seria impossível prever, com um mínimo de segurança, como ele se comportaria após um desvio das condições iniciais, porque não

se conhece de fato as fórmulas exatas de reação das variáveis envolvidas.

A economia ortodoxa até hoje tem se contentado com este tipo de solução para o problema. Faz proposições de estática comparativa, baseada na construção de modelos para os quais as condições de estabilidade dinâmica podem ser bem definidas; caso o modelo em questão não as apresente é considerado insuficientemente especificado e, por isso mesmo, não confiável, devendo ser reformulado até apresentar as características de estabilidade desejadas. É fácil ver então porque estes modelos são incapazes de absorver um verdadeiro sentido de história em sua lógica: qualquer mudança de parâmetros, sejam relativos a gostos, instituições ou tecnologias, por exemplo, produz resultados previsíveis e, mais importantes, passíveis de serem revertidos sem custos significativos, bastando para isso retornar os parâmetros a seus valores iniciais, uma vez que os resultados finais nunca estão muito distantes uns dos outros. Nada mais justo portanto, deste ponto de vista, do que tratar a história, entendida simplesmente como um processo de mudança de parâmetros, isto é como algo exógeno que sem dúvida interfere com os assuntos econômicos, mas que realmente não invalida os teoremas fundamentais derivados pela teoria econômica.

A economia entretanto parou antes de realizar o que o próprio Samuelson considerava um último passo lógico no estudo da dinâmica, que ele chamou de teoria da dinâmica comparada. Tatar-se-ia de verificar o que acontece com o comportamento dinâmico do sistema, sua evolução ao longo do tempo, quando se alterassem alguns de seus parâmetros. Seu palpite era que muito progresso adviria desse estudo, porque para períodos de tempo intermediários os sistemas poderiam apresentar variações substanciais de comportamento. Em suas palavras (p.298):

"A idéia da dinâmica comparada é bastante simples. Mudamos alguma coisa (não temos no momento que nos preocupar exatamente com o quê) e investigamos o efeito dessa modificação no movimento inteiro ou no comportamento através do tempo do sistema econômico investigado. Veremos que a estática comparada envolve o caso particular onde é feita uma mudança 'permanente' e somente o efeito sobre os níveis finais do equilíbrio estacionário estão em

questão.

Na dinâmica comparada ocupamo-nos de uma categoria muito mais ampla de variações ... Podemos fazer uma modificação nas condições iniciais. Por definição, isso altera o comportamento imediato do sistema, de uma maneira conhecida. Graças à suposição de continuidade, podemos inferir que a posição do sistema para alguma região adjacente às condições iniciais igualmente é alterada na mesma direção. Para intervalos de tempo intermediários, é necessária uma investigação separada para determinar o que acontece no sistema. Contudo, para um sistema estável é claro, em razão da definição de estabilidade, que, para períodos de tempo suficientemente longos, não haverá alteração final do comportamento do sistema."

Seria este passo suficiente para incluir a história do modo sugerido nos modelos da economics? Acredita-se que sim, e é exatamente isto que será proposto, mas não exatamente como Samuelson vagamente previa.¹ Os avanços recentes no campo que vem se tornando conhecido como teoria do caos ou da complexidade sugerem que pequenas modificações nas condições iniciais, ao contrário do que acreditava Samuelson, podem alterar completamente as características dinâmicas de um sistema, inclusive suas propriedades de estabilidade, se ele não for linear². O conceito de complexidade³, mais especificamente, refere-se a sistemas que apresentam instabilidade estrutural, que por sua vez é a propriedade apresentada por vários sistemas dinâmicos não lineares de serem incapazes de reterem as características de sua dinâmica, quando sujeitos a pequenas perturbações ou a mudanças nas funções envolvidas em sua definição. O conceito refere-se portanto a sistemas que, por apresentarem instabilidade estrutural, desdobram-se de acordo com uma dinâmica mais rica (apresentando bifurcações e histerese⁴) do que os sistemas mais simples, por exemplo os lineares.

Propõe-se aqui que, exatamente por isso, os sistemas dotados de instabilidade estrutural são os únicos capazes de incluírem a história em sua lógica. Isto porque uma vez alcançada uma bifurcação, devido ao parâmetro de controle haver atingido um determinado valor crítico, é muito improvável que o sistema possa retornar ao "status quo ante", onde, para retomar o exemplo de Samuelson, podia-se inferir com bastante segurança o que aconteceria com o preço de um produto se os gostos dos

consumidores variassem. O sistema, econômico no caso, perde sua estabilidade dinâmica, quando por exemplo a mudança nos gostos atinge um determinado valor crítico. A teoria da complexidade, em outras palavras, refuta a proposição do último período da citação de Samuelson acima: não é de modo algum garantido que o sistema possa afinal, decorrido tempo suficiente, retornar a seu modo de comportamento anterior, apenas em razão da definição de estabilidade; ao contrário, dependendo da magnitude da modificação nos parâmetros, o sistema pode vir a se comportar de acordo com uma "sintaxe" completamente diferente⁵. Se lembrarmos que estes parâmetros expressam normalmente o efeito das variáveis exógenas sobre as variáveis endógenas, por exemplo o efeito do grau de oligopolização sobre a inclinação da curva de demanda de uma certa indústria, fica claro porque consideramos que alterações nestes parâmetros podem ser consideradas como resultantes de transformações históricas e porque, em razão disso, o conceito de complexidade parece ser um critério extremamente promissor para demarcar de maneira não ambígua o campo da economia política.

A economia política, diferentemente da "economics", exatamente porque atribui um papel decisivo à história, focaliza sua atenção no processo de mudança estrutural, apoiando sua análise, embora quase nunca explicitamente, no conceito de instabilidade estrutural. A "economics" ao contrário, por supor que as relações econômicas baseadas no comportamento maximizante e na estabilidade dos mercados têm um caráter natural e universal, não contempla a possibilidade da história vir a alterar decisivamente seus teoremas fundamentais. É neste sentido que a economia política pode ser considerada como mais geral do que a "economics": a segunda não considera a possibilidade dos sistemas econômicos sofrerem ruptura estrutural. Parece útil fundamentar esta última proposição sobre a economia convencional, antes de verificar preliminarmente se de fato o critério explicitado acima pode ajudar a demarcar o espaço da economia política.

A desconsideração da possibilidade de instabilidade estrutural pela "economics"

Sugeriu-se na seção anterior que os modelos de economia política, por atribuírem um papel decisivo

à história, focalizam o processo de mudança estrutural, enquanto a "economics", por razões opostas, desconsidera este mesmo processo, supondo implicitamente que seus modelos não apresentam instabilidade estrutural. A assim chamada escola "novo-clássica", o "main-stream" atual, parece ser a candidata natural para testar esta proposição. Ver-se-á que seus teoremas baseiam-se explicitamente numa hipótese especial de estabilidade dinâmica (instabilidade relativa do equilíbrio) e, implicitamente, na hipótese de estabilidade estrutural. Mostrar-se-á, em particular, que a hipótese de expectativas racionais só se sustenta com esta segunda premissa. Assim, atribuir um papel mais decisivo à história, focalizando o processo de mudança estrutural, implicaria descartar a pedra fundamental dos modelos novo-clássicos: a hipótese de expectativas racionais. Diferentemente das teorias que podem ser classificadas no campo da economia política, portanto, os modelos do "main-stream", que representam o estado das artes atual no campo da economia convencional, não podem incluir a história de um modo essencial, não apenas em razão de uma opção metodológica, mas devido a um imperativo lógico.

Para o que se pretende aqui o texto de BEGG (1988:cap.3) parece suficiente. Sua principal proposição é a de que a hipótese de expectativas racionais não é uma suposição arbitrária, mas um comportamento plausível de agentes econômicos sujeitos a ambientes macro-econômicos que apresentam equilíbrios relativamente instáveis. Nestes, que são os mais comuns, flutuações em algumas variáveis produzem movimentos convergentes do sistema para seus valores de equilíbrio, enquanto flutuações em outras geram movimentos divergentes. O ponto de equilíbrio, neste caso, é definido como sendo um ponto de sela (saddle point), cuja principal propriedade é a de que, em sistemas onde o equilíbrio é um "saddle point", há apenas uma trajetória que converge para ele. Ao contrário do caso de equilíbrio globalmente estável, onde todas as trajetórias convergem para esta posição, qualquer outro caminho apresenta um comportamento explosivo, isto é instável.

Cada agente econômico relevante em um sistema econômico que apresenta equilíbrio relativamente instável, visto possuir em tese o mesmo grau de informação (direta ou indiretamente através de organismos de consultoria por exemplo) que os

demais, inclusive governo, formará suas expectativas com base no fato de que, cedo ou tarde, a trajetória convergente acabará por prevalecer sobre as explosivas. Assim sendo, haverá um poderoso estímulo para os agentes ajustarem-se preventivamente à trajetória convergente para o equilíbrio. Ao se situarem sobre ela, por outro lado, as expectativas se cumprem, não havendo razão, em princípio, para optarem por outra estratégia, isto é para adotarem expectativas diferentes das soluções fornecidas pelo modelo, ou seja para adotarem expectativas que não sejam racionais.

O desenvolvimento dos modelos formais novo-clássicos é obviamente muito mais sofisticado do que isso, mas a idéia fundamental parece ser a de que os agentes tem expectativas racionais porque sabem que o modelo é relativamente instável e que, portanto, a trajetória convergente acabará prevalecendo, mesmo que seja por interferência governamental. Tentativas de induzir a economia a se situar em posições fora da trajetória convergente por outro lado, como a tentativa de reduzir a taxa de desemprego abaixo da taxa natural por exemplo, são imediatamente percebidas como não-factíveis e portanto fadadas ao fracasso. Os desequilíbrios razoavelmente persistentes neste tipo de modelo só podem ser gerados por uma atuação governamental que surpreenda os agentes econômicos; caso em que aumentaria a instabilidade (do equilíbrio) devido à incerteza produzida, ou pela insistência em políticas sistemáticas, que podem produzir enormes flutuações de preços sem variações correspondentes no emprego.

A questão mais relevante que a discussão acima sugere refere-se obviamente às condições necessárias para que expectativas racionais sejam de fato um modelo plausível de formação de expectativas. Utilizando os conceitos apresentados na seção anterior, pode-se deduzir que:

a plausibilidade de que haja apenas uma trajetória convergente para o equilíbrio só se sustenta se houver instabilidade relativa do equilíbrio, mas estabilidade estrutural;

caso haja instabilidade estrutural, a instabilidade relativa do equilíbrio pode produzir mudanças na dinâmica de longo prazo do sistema, ao produzir alterações em algumas funções de reação ou parâmetros⁶, de modo que o retorno ao equilíbrio anterior só pode ser alcançado em condições muito especiais (ocorre histerese no processo);

no caso de haver instabilidade estrutural a hipótese de expectativas racionais torna-se insustentável, visto não haver realmente base sólida para formar expectativas nessas condições (não se define propriamente um equilíbrio para o qual uma única trajetória deva convergir), o que recoloca o problema keynesiano tradicional de formação de expectativas em um ambiente de incerteza.

A conclusão é que os modelos "novo-clássicos" não podem, por definição, focalizar o processo de mudança estrutural, como definido aqui, pois isso implicaria descartar a hipótese de expectativas racionais, pedra fundamental da teoria. A "economics" portanto exclui a possibilidade de considerar de modo essencial a evolução histórica em seus modelos, embora é claro admita que ela tenha um papel exógeno na determinação dos deslocamentos dos valores de equilíbrio de uma economia ao longo do tempo. Em qualquer momento desta trajetória, entretanto, permanecem válidos os teoremas fundamentais da análise econômica.⁷

A abordagem da economia política: Marx, Institucionalistas, Keynes e Pós-keynesianos

Não há espaço aqui, e talvez nem fosse muito proveitoso para os objetivos do texto, revisar exaustivamente as obras dos autores supra mencionados. Mas parece interessante testar, ainda que muito preliminarmente o critério de demarcação proposto para a demarcação da abordagem de economia política (a ênfase no processo de mudança estrutural e portanto no conceito de instabilidade estrutural) confrontando-o com algumas proposições de suas obras.

Marx

É trivial mostrar que o critério se sai bem para classificar O Capital como uma obra eminentemente de economia política, o que indisputadamente ele é⁸. A implantação do modo de produção capitalista consiste numa clara ruptura (ocorre uma bifurcação) com os modos de produção anteriores, no sentido de que o capitalismo apresenta uma dinâmica de funcionamento totalmente distinta devido a três de suas principais características, embora sempre possam se apontar outras. Primeiro, e principalmente, por ser um modo de produção orientado para a produção de mais-valia; segundo porque envolve relações sociais de produção

específicas (trabalho assalariado) e terceiro, derivado dos dois primeiros, porque envolve uma separação entre as esferas da circulação (onde se operam apenas trocas de equivalentes e imperam as liberdades jurídicas formais) e da produção (onde o trabalho humano é explorado). A dinâmica histórico-específica que essas características imprimem esse modo de produção é resumidamente a seguinte: diferentemente dos modos de produção anteriores o objetivo final da produção é a realização da mais valia em dinheiro, e não a produção de valores de uso; a modalidade de relação de trabalho mais adequada a este fim, isto é a que permite o mais alto grau de exploração, é o trabalho assalariado, o qual não envolve imobilização de capital como, por exemplo, o trabalho escravo; sendo o trabalho assalariado, e vigorando a troca de equivalentes, a forma predominante de valorização do capital é a produção de mais-valia relativa, a qual requer elevação da produtividade nos ramos produtores de bens de consumo para os trabalhadores, que por sua vez só pode ser alcançada com o avanço do capitalismo sobre a agricultura, por exemplo. Isto significa que o modo de produção capitalista tende a se generalizar destruindo os resquícios dos modos de produção antigos.

No que tange especificamente ao movimentos do processo de acumulação de capital, o capitalismo cria uma lei da população específica, que consiste na criação de uma população excedente ou exército industrial de reserva através do crescente aumento da composição orgânica (MARX, 1980, p.732), que liberta a acumulação do limite natural do crescimento populacional (p.737), tornando tanto a oferta como a procura de trabalho variáveis dependentes do ritmo de expansão do capital (p.740). O curso característico da indústria moderna, o ciclo decenal, que não se encontra em nenhuma época anterior da humanidade, baseia-se então "na formação contínua, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva, a população supérflua, excedente." (p.734).

O critério de demarcação proposto portanto mostra-se aparentemente robusto quando confrontado com as proposições básicas de O Capital. Primeiro, porque o capitalismo representa uma ruptura ou bifurcação em relação aos modos de produção anterior; ele se processa de acordo com

uma dinâmica distinta: movido por outros impulsos (forças) e de acordo com leis distintas (por exemplo a lei da população mencionada). Segundo, porque o processo de mudança estrutural é marcado por histerese: o capitalismo destrói os modos de produção antigo e, se estendermos um pouco o raciocínio, somente poderá ser substituído por um outro modo de produção, que aliás só pode vir a existir após o pleno desenvolvimento do capitalismo. Então não apenas as relações econômicas predominantes no mundo pré-capitalista deixaram de ter importância, mas jamais voltarão a tê-las (mais do que histerese portanto ocorre a condição mais forte: irreversibilidade). As próprias relações capitalistas e os modelos que se constroem para representá-las, por outro lado, não são eternos, como fica claro. Não há portanto como supor que os teoremas que eventualmente se deduzirem sobre a economia possam continuar a ter validade, como está implícito na metodologia da "economics", quando o sistema experimentar um novo processo de mudança estrutural.

Esta, como já mencionado, preocupa-se em derivar teoremas supostamente aplicáveis à qualquer economia de trocas, os quais permitem deduzir os valores de equilíbrio para economias específicas, uma vez conhecidos seus dados iniciais, por exemplo suas características institucionais; trata-se, em outras palavras e em última instância, de uma análise estática comparativa, embora é claro acoplada a considerações dinâmicas, segundo o princípio da correspondência de Samuelson. Já a economia marxista (e a política) considera que não se pode fazer "coeteris paribus" das características institucionais pois estas podem, dependendo das circunstâncias, produzir flutuações irreversíveis na dinâmica, isto é podem produzir instabilidade estrutural nas equações de movimento do sistema. BLAUG (1978:277), embora não exatamente nestes termos, assim diferencia as duas abordagens:

"Let us take a typical example: the theory of profit. The orthodox economist starts with certain data, such as the preference scale of households, production functions, factor endowments, forms and distributions of property, all of which he regards as outside the scope of economic theory. On the basis of such data he develops a theory of factor prices according to which a hiring agent, the

entrepreneur, purchases the services of hired agents, workers, and capital owners. In a stationary economy, this gives rise to equilibrium wage and interest rates. In a growing economy, it may leave a residual as profits to the entrepreneur. Imperfect competition in product markets or monopsony in the labor market may enhance this residual and distort factor prices. Changes in the data themselves must now be introduced to analyse the effects of advertising, technical changes, saving propensities, and population growth. Finally, to explain the wages, interest, and profits that are actually received by flesh-and-blood workers and capitalists, one must take into account inheritance laws, the tax structure, monetary institutions, and so forth. The process, therefore, of moving from functional to personal income distribution takes the form of progressively relaxing more and more of the data given at the outset of the analysis.

Marxist, on the other hand, introduce the distinction between the haves and the have-nots at the outset of the argument, operating straightway with personal income aggregated by social class. It is illegitimate, they argue, to regard the distribution property as a datum, for it is not given independently of the determination of wages and profits. It is only by specifying the property relations that distinguish a capitalist economy from a ordinary exchange economy, and making this distinction the cornerstone of the analysis, that we can explain the historical performance of the capitalist system, the utter dependence of profits upon continuous technical progress, the relentless pressure to increase capital equipment per worker, the evident tendency toward concentration of production, the economic function of unemployment, and the general role of business cycles in governing the form which long-run development takes."

Ao se destacar o papel das instituições na economia marxista, não se está afirmando que é apenas isso o que distingue a abordagem marxista; é evidente que a forma como se trata a questão é diferente por exemplo da abordagem institucionalista americana de tradição vebleniana. Mas mesmo assim parece injustificado, face ao que se vem expondo, considerar as duas escolas como opostas em termos metodológicos. Ao contrário, o critério de demarcação que se está tentando estabelecer sugere que ambas podem ser consideradas como fazendo

parte da economia política. Reforça esta proposição o fato de que os desenvolvimentos recentes da teoria institucionalista têm enfatizado crescentemente o processo de mudança estrutural, utilizando exatamente a teoria da complexidade. Isto sugere, pelo menos de acordo com a tese defendida neste trabalho, que a escola institucionalista venha em curto prazo a estar melhor equipada, em termos instrumentais, para ocupar espaços até pouco tempo monopolizados pela economia marxista, não apenas na crítica ao pensamento ortodoxo, mas principalmente no desenvolvimento de uma teoria econômica que confira papel de destaque ao processo de mudança estrutural. É de se imaginar inclusive que a abordagem institucionalista possa fazer uma ponte mais convincente com a teoria keynesiana do que a teoria marxista em seu estado atual. Isto porque, como obra fundamental da economia política, a teoria de Keynes confere um papel privilegiado ao processo de mudança estrutural, cujo estudo pode ser muito beneficiado com a aplicação de um instrumental - a teoria da complexidade - que os institucionalistas já vêm usando.

O processo de mudança estrutural, tal como visto por Keynes, pode ser decomposto segundo dois níveis de abstração. No primeiro enquadra-se a distinção entre economia de trocas e economia monetária (ou economia cooperativa e economia empresarial, nos textos preparatórios da Teoria Geral); no segundo, a transição entre as posições de equilíbrio com desemprego involuntário, que, como se mostrará, são imprevisíveis no detalhe, mas processam-se segundo uma lógica que pode ser apreendida utilizando o instrumental da teoria da complexidade.

A primeira distinção é feita aparentemente em um nível mais alto de abstração com o objetivo de sublinhar que a teoria convencional refere-se a uma economia (de trocas) que não existe em realidade. A economia relevante é aquela em que as decisões produtivas e distributivas são realizadas pelas firmas com o único objetivo de maximizar lucros. Em ambos os tipos de economia pode haver moeda, mas apenas na monetária ela tem um papel essencial na determinação da produção e do emprego. Enquanto na primeira ela cumpre unicamente a função de agilizar as trocas, i.e. de servir de meio de circulação, na segunda a moeda é o instrumento preferencial

de reserva de valor. Com isso, abre-se a possibilidade de inconsistência entre demanda e oferta. Em uma economia monetária, portanto, as regras fundamentais de funcionamento são afetadas pela moeda, o que significa que os teoremas derivados para uma economia em que ela não tenha este papel essencial não são aplicáveis nesta situação. Não está definido, por exemplo, um único equilíbrio em que a desutilidade marginal de um determinado volume de emprego iguale a produtividade marginal do trabalho a este nível de emprego, mas uma multiplicidade de equilíbrios que torna-se mais complexa com o desenvolvimento das relações financeiras. Cada um desses equilíbrios é dinamicamente estável, no sentido de que esta posição não se altera quando por exemplo expectativas de curto prazo não se cumprem, mas estruturalmente instável, porque está sujeito a mudanças abruptas (estruturais) em resposta a alterações nas expectativas convencionais dos empresários. Tais expectativas, como se sabe, não são formuladas sob bases sólidas, tornando-se ainda mais voláteis com o aumento da complexidade das relações financeira, pois o peso das expectativas puramente especulativas tende a aumentar relativamente às expectativas empresariais; este é o segundo sentido, menos abstrato e logo mais verdadeiramente histórico, em que Keynes considera o processo de transformação estrutural. VERCELLI (1991: 208) coloca a questão exatamente nos termos do critério de demarcação do campo da economia política aqui proposto:

"In both kinds of economies there may be money, but only in a entrepreneur economy does it affect production in an essential way. In a cooperative economy, money only plays the role of a exchange device. This does not interfere with the dominance of adaptative forces which can assure the maintenance of a full- employment equilibrium. In a entrepreneur economy, there can be many virtual equilibria, which are, all but one, characterized by different degrees of involuntary unemployment. Each of these equilibria may be considered as dynamically stable, at least reasonably so, but there may arise sudden, discontinuous jumps from one equilibrium configuration to another, due to changes in the conventional expectations of entrepreneurs and/ or rentiers. In other words, in a k-uncertain milieu" [diferentemente de em um ambiente sujeito

apenas ao risco e não à incerteza no sentido keynesiano] "such as that produced by sophisticated financial relations, we have a multiplicity of equilibria which are dynamically stable but structurally unstable. A small disturbance may be enough to provoke a big jump from one equilibrium to another with qualitatively different characteristics. The structural instability analysed by Keynes is 'pathological' in that it weakens and distorts the adaptative forces of the economic system. Since it depends on developed financial relations it may thus be called, more specifically, financial fragility."

Não há porque por outro lado considerar o desenvolvimento das relações financeiras, o aspecto especificamente histórico do processo, como um fenômeno exógeno, como é costumeiro no âmbito da "economics". VERCELLI (op. cit.: 216) sugere que tal desenvolvimento pode ser entendido como representando avanços institucionais destinados a dar progressivamente mais flexibilidade ao sistema capitalista, por exemplo ao conferir maior liquidez à economia com o desenvolvimento do sistema de crédito, o que permitiu entre outras coisas acelerar o processo de inovação tecnológica. O problema é que, ao fazê-lo, este mesmo processo acentua a fragilidade financeira, aumentando o peso das expectativas especulativas relativamente às empresariais, e portanto, como mencionado acima, a instabilidade estrutural.

O equilíbrio em cada momento, assim, apesar de apresentar características qualitativamente diferentes de posições anteriores, não pode ser entendido sem referência a essas posições, isto é sem tomar em conta o processo histórico, por exemplo a evolução das instituições financeiras, que o produziu. Como tem se sustentado ao longo de todo o texto, é isto exatamente o que faz uma teoria pertencer ao campo da economia política. VERCELLI (ibid.: 227), utilizando os conceitos básicos da teoria da complexidade, estabelece rigorosamente este ponto:

"... the variation of equilibrium at a given moment depends on the actual dynamic behaviour which has occurred previously. The structural instability of the parameters is manifested in the form of successive bifurcations whose nature depends on preceding bifurcations. Path dependence in this case is the rule rather than the exception. So it is quite impossible to adopt the

classical methodology, carried to its extreme consequences by Lucas and the other new classical economists, which distinguishes between transitory and permanent equilibria in order to disregard transitory phenomena and concentrate exclusively on permanent equilibria."

A idéia de que o equilíbrio em cada momento é produto da evolução histórica, isto é reflete em grande medida decisões tomadas no passado, que moldam a trajetória da economia, é a base da linha aparentemente mais promissora do pensamento pós-keynesiano, liderada por Davidson, Kregel e Minsky. Não cabe aqui resenhar detalhadamente as principais contribuições desses autores, que se inspiram basicamente na visão keynesiana de funcionamento de uma economia monetária já apresentada. Cumpre apenas observar, para finalizar esta seção, que descartam a possibilidade de entender a evolução econômica como tendendo a equilíbrios, ou centros de gravidade de longo prazo, porque as decisões em um momento histórico específico dificilmente podem ser revertidas (criam histerese, embora alguns dos autores, como o próprio Cardim de Carvalho citado abaixo, prefiram falar em irreversibilidade, que é uma condição mais forte, significando que tais decisões não podem definitivamente ser revertidas). A propriedade de "path-dependence" das trajetórias econômicas implica que a teoria pós-keynesiana é aberta, não no sentido de que qualquer coisa é possível, como às vezes parece sugerir a teoria de Shackle. Mas no de que os limites ao que pode acontecer emergem na forma de instituições e inter-relações. A análise econômica portanto não pode prescindir do estudo de como aquilo que existe hoje se formou, porque é exatamente este processo (histórico) que estabelece as características qualitativas das relações econômicas contemporâneas, que assim não podem ser derivadas a partir de premissas universais e atemporais como as mencionadas por Samuelson no início deste trabalho; segundo o critério de demarcação aqui proposto isto já é suficiente para classificar esta linha do pensamento pós-keynesiano

Sumário e conclusões

O critério de demarcação proposto neste texto é o de que podem ser consideradas teorias pertencentes ao campo da economia política aquelas

que atribuem um papel essencial a história em seus modelos. Por isso, entende-se que a evolução histórica das sociedades transforma qualitativamente suas relações econômicas fundamentais e não apenas provoca deslocamentos de posições de equilíbrio derivadas a partir do princípio de maximização e da hipótese de que os mercados se auto-equilibram.

Há mais de cinquenta anos, Samuelson propôs que a economia podia chegar a teoremas frutíferos partindo apenas desses dois princípios fundamentais e esta proposição tornou-se a pedra angular da "economics" desde então. Mas ele também deixou entreaberta uma porta que entretanto jamais foi explorada. A de que, para que aqueles teoremas pudessem de fato ser considerados válidos, era necessário também estudar o comportamento dinâmico do sistema econômico no longo prazo quando alguns de seus parâmetros variassem; isto é, era necessário testar sua validade no âmbito de estudos de dinâmica comparada. O fato de que ele imaginava que, mesmo nessas condições, seu comportamento qualitativo não se alteraria provavelmente ajuda a explicar porque os autores do "main-stream" nunca tenham de fato se preocupado em dar este passo.

Os desenvolvimentos recentes obtidos no campo da teoria da complexidade, no entanto, apontam no sentido contrário. Muitos dos sistemas conhecidos, inclusive como tudo indica o econômico, apresentam instabilidade estrutural, o que significa que, diferentemente do que acreditava Samuelson, seu comportamento qualitativo pode mudar substancialmente em resposta a variações proporcionalmente muito menos importantes em seus parâmetros ou relações funcionais. Além disso essas mudanças, que se denominou no texto de mudanças estruturais, influenciam profundamente a evolução posterior do sistema, isto é criam histerese. Sendo assim é impossível derivar proposições econômicas significativas sem conhecer a história do sistema: neste sentido, argumentou-se, a economia política é mais geral do que a "economics".

Procurou-se dar substância a esta tese, mostrando que tanto Marx como Keynes (além de outros não discutidos mas cujas obras são indiscutivelmente de economia política como Schumpeter) estavam atentos a esta questão e por isso suas teorias não

cometem a impropriedade de não atribuir à história um papel essencial; por isso aliás, segundo o critério de demarcação proposto, são obras eminentes da economia política. Mas o texto ambiciona ir um pouco além de simplesmente classificar as obras mencionadas; espera-se que ele possa insinuar ao leitor as imensas possibilidades de formalização no campo da economia política prometidas pela teoria da complexidade. Só não se foi mais explícito acerca deste ponto por razões de espaço e para não ampliar demasiado o escopo da discussão; o que poderia torná-la excessivamente instável para os objetivos aqui pretendidos.

Referências

- ALLEN, P.M. "Evolution, innovation and economics." In: DOSI et alii (eds) *Technical Change and Economic Theory*. London: Francis Pinter, 1988.
- BAUMOL, W.J. & BENHABIB, J. "Chaos: Significance, Mechanism, and Economic Applications." *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 3 (1), winter 1989.
- BEGG, D.K.H. *The rational expectations revolution in Macroeconomics - theories and evidence*. Oxford: Phillip Allan Publishers, 1988.
- BUENO, N.P. "Complexidade e Evolução: uma nota sobre a estrutura dos modelos neo-schumpeterianos." *Revista Brasileira de Economia* (no prelo, aceito para publicação em 20/10/95)
- BLAUG, M. *Economic Theory in Retrospect*. London, New York: Cambridge University Press, 1978.
- CARDIM DE CARVALHO, F. "Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: a Teoria de uma Economia Monetária." In: AMADEO, E.J. (ed.) *Ensaio sobre Economia Política Moderna*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.
- _____ "Alternative analyses of short and long run in Post Keynesian economics." *Journal of Post-Keynesian Economics*, VII (2), winter 1984/5.
- DAVIDSON, P. *Money and the Real World*. London: Macmillan, 1978.
- FERRARA, N.F. e CINTRA DO PRADO, C.P. *Caos - uma introdução*. São Paulo: Edgar Blucher, 1994.
- KELSEY, D. "The economics of Chaos or the Chaos of Economics." *Oxford Economic Papers* 40 (1988).
- LEWIN, R. *Complexidade - a vida no limite do caos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MARX, K. *Theories of Surplus Value*. In: NORDAHL, R. "Marx on the use of history in the analysis of capitalism." *History of Political Economy*, vol 14 (3), fall 1982.
- MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MINSKY, H. *Can 'It' Happen Again?* New York: M.E. Sharpe, Inc, 1982.
- NAPOLEONI, C. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *Order out of Chaos - man's new dialogue with nature*. New York: Bantan Books, 1984.
- RADZICKI, M. J. "Institutional Dynamics, Deterministic Chaos, and Self-Organizing Systems." *Journal of Economic Issues*, vol. XXIV, march 1990.
- RUTHERFORD, M. "Thorstein Veblen and the process of institutional change." *History of Political Economy* 16 (3), fall 1984.
- SAMUELSON, P.A. *Fundamentos da Análise Econômica*. São Paulo: Abril Cultural (os economistas), 1983.
- SIMICH, J.L. & TILMAN, R. "Thorstein Veblen and his Marxists critics: an interpretative view." *History of Political Economy*, 14 (3), fall 1982.
- THWEATT, W. "Note: Keynes on Marx's *Das Kapital*." *History of Political Economy*, 15 (4), winter 1983.
- VERCELLI, A. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1991

¹Um maior desenvolvimento da economia analítica seguindo as linhas da dinâmica comparada fica para o futuro. É de se esperar que ela venha a ajudar a enfrentar diversos problemas - desde o comportamento trivial de uma única mercadoria pequena até as flutuações de importantes componentes do ciclo econômico, e mesmo aos grandiosos problemas do desenvolvimento econômico" (p.301)

²Para uma apresentação introdutória da teoria especialmente voltada para a economia, ver: KELSEY (1988) e BAUMOL e BENHABIB (1989).

³Conforme definido em BUENO (no prelo)

⁴Uma bifurcação ocorre quando o sistema abandona sua dinâmica anterior e histerese, quando o sistema é incapaz de recuperar a dinâmica anterior a não ser em condições muito especiais, não bastando para tanto apenas retornar o valor do parâmetro alterado às condições iniciais. Sobre essas definições, ver, por exemplo, FERRARA e CINTRA DO PRADO (1994).